

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLAI”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. A Companhia tem o controle direto da: (i) Gol Linhas Aéreas S.A. (atual “GLA”, denominada “VRG Linhas Aéreas S.A.” antes da mudança de razão social ocorrida em 22 de setembro de 2016) que explora essencialmente (a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social; e da (ii) Smiles Fidelidade S.A. (“Smiles Fidelidade”, anteriormente denominada Webjet Participações S.A. antes da mudança de razão social ocorrida em 1º de julho de 2017), que explora essencialmente (a) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; e (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes.

Adicionalmente, a Companhia é a controladora direta das subsidiárias integrais GAC Inc. (“GAC”), Gol Finance Inc. (“Gol Finance”), Gol Finance, anteriormente denominada Gol Finance LuxCo S.A. (“Gol Finance LuxCo”), e Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”).

A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - New York Stock Exchange (“NYSE”). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com Tag Along Diferenciado (“ITAG”), criados para diferenciar as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa.

A GLA possui alta sensibilidade à economia e também à volatilidade do dólar, dado que grande parte de seus custos são denominados em moeda norte-americana (aproximadamente 50%). Para superar os desafios enfrentados ao longo de 2016, a Companhia executou um plano para melhorar sua liquidez e sua margem operacional. Como resultado, a Companhia vem fortalecendo sua liquidez e capacidade de responder de forma eficaz aos eventos adversos provocados pela instabilidade do cenário econômico brasileiro. A atuação diligente para ajustar o tamanho da frota ao crescimento econômico, a equiparação da oferta de assentos com a demanda são algumas ações constantes, realizadas para a manutenção de altas taxas de ocupação. A Companhia continuará a estratégia sólida com iniciativas de liquidez tais como a readequação da malha aérea, iniciativas de diminuição de custos e readequação da estrutura de capital.

Dando sequência ao seu plano de capitalização, a Companhia iniciou, ao final de dezembro de 2017, a execução de iniciativas que envolvem a reestruturação de seu balanço, consistindo na redução do custo financeiro de sua estrutura de dívida. O resultado da oferta realizada em 11 de dezembro de 2017 com a captação de recursos no montante de USD500 milhões, realizado com taxas mais atrativas, foi parcialmente destinado à amortização de dívidas mais onerosas da Companhia e representarão uma redução significativa do custo financeiro a partir de 2018. Outras ações estão previstas para serem executadas pela Companhia ao longo de 2018, fortalecendo seu compromisso de promover redução do custo financeiro, a fim de promover e solidificar sua estratégia de alta liquidez.

Destaca-se que, mesmo em um cenário com perspectivas de melhora, a Companhia não descarta incertezas no cenário político e econômico no Brasil que podem impactar diretamente na expectativa da eficácia do retorno esperado.

A Administração entende que o plano de negócio preparado, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2018 demonstra fortes elementos para a continuidade da operação.

Em 2016, a Companhia recebeu indagações das autoridades fiscais brasileiras sobre determinados pagamentos a empresas de propriedade de pessoas politicamente expostas no Brasil. Após o início de uma investigação interna, a Companhia contratou consultores jurídicos dos EUA e do Brasil para conduzir uma investigação independente a fim de apurar os fatos relativos a estes pagamentos e quaisquer outros identificados como irregulares, bem como para analisar a conformidade e eficácia dos controles internos de acordo com as conclusões desta investigação.

Em dezembro de 2016, a Companhia firmou um acordo de leniência junto ao Ministério Público Federal (“Acordo de Leniência”), no qual a Companhia concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Em contra partida, o Ministério Público Federal se obriga a não propor ação criminal ou cível relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo de Leniência e que possam ser caracterizadas como (i) atos de impropriedade administrativa e atos relacionados envolvendo pessoas politicamente expostas ou (ii) outras ações possíveis que, à data do acordo de leniência, não foram identificadas pela investigação em curso (eventuais ações que possam resultar em aumento das multas relacionadas ao Acordo de Leniência). Adicionalmente, a Companhia pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras relacionadas aos pagamentos acima mencionados. A Companhia informou

voluntariamente o Departamento de Justiça dos EUA, a SEC (*Securities and Exchange Commission*) e a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sobre a investigação externa e independente, e sobre o Acordo de Leniência.

A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos irregulares adicionais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos valores pagos era material (individualmente ou em conjunto) em termos de fluxo de caixa e nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da Companhia sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a Companhia decorrente das operações investigadas. A Companhia informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à Companhia.

Durante 2016 e 2017, a Companhia tomou medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*. Entre outras medidas, a Companhia iniciou o monitoramento de suas transações com pessoas politicamente expostas, aprimorou seus procedimentos de contratação, incluindo a contratação e execução de serviços por prestadores externos. A Companhia reforçando seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance*, contratou empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção, a fim de implantar as melhorias necessárias, bem como instaurar sistemas de monitoramento de suas transações e treinamento de seus colaboradores.

Em 1º de julho de 2017, com o objetivo de otimizar e simplificar a estrutura organizacional do Grupo GOL, proporcionando economia tributária decorrente do aproveitamento de saldos acumulados de prejuízos fiscais, foi aprovada a reorganização societária por meio da incorporação da Smiles S.A. pela Smiles Fidelidade S.A. ("Incorporação"). Como consequência da Incorporação, a Smiles S.A. foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Smiles Fidelidade S.A., nos termos dos artigos 224, 225, 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações.

2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 6 de março de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC") aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

Exceto pela controlada Gol Dominicana, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano, todas as outras entidades no grupo possuem o real como moeda funcional. A moeda de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas é o real.

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas e coligadas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal Atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
					2017	2016
Extensões (*):						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,0	100,0
Gol Finance	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Gol Finance LuxCo	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Controladas:						
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,0	100,0
Smiles Fidelidade	01/08/2011	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	52,7	53,8
Smiles Viagens (**)	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,0	-
Gol Dominicana	28/02/2013	República Dominicana	Não-operacional	Direto	100,0	100,0
Controlada em conjunto:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0
Coligada:						
Netpoints	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	25,4	25,4

(*) São as entidades constituídas com um propósito específico de dar continuidade às operações da Companhia ou que, ainda, apresentam direitos e/ou obrigações constituídas apenas para satisfazer às necessidades da Companhia. Além disso, não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões. Tais entidades apresentam seus ativos e passivos consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras da Controladora.

(**) Empresa em fase pré-operacional.

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

São classificados em equivalentes de caixa os fundos de investimento e títulos que tem liquidez imediata e que podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor, conforme análise. O caixa restrito é composto principalmente por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras também incluem fundos exclusivos de investimento, que são integralmente consolidados.

b) Contas a receber

São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. A provisão para devedores duvidosos é constituída para montantes vencidos há mais de 90 dias para vendas parceladas por agências de viagens e cargas, e vencidas há mais de 180 dias para vendas a companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

c) Estoques

Constituídos principalmente por materiais para manutenção e reposição de peças. A Companhia utiliza o método de custeio médio que abange os gastos incorridos na aquisição e no transporte até a localização atual do item. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para itens que não possuem expectativa de realização.

d) Ativos e passivos financeiros

A Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros com base nas categorias demonstradas a seguir. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente de acordo com as intenções da Companhia. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e dívidas, e contratos de derivativos.

Empréstimos e recebíveis: com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (inclusive arrendamentos financeiros) e fornecedores.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação: os juros, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito nesta categoria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mantidos para negociação.

Derivativos: variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa ou como *hedge* de valor justo.

- **Não designados como *hedge accounting*:** a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.
- **Designados como *hedge* de fluxo de caixa:** protegem as receitas ou despesas futuras das variações da taxa de juros. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do risco protegido. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge* na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido, e as variações inefetivas, no resultado do exercício conforme variação do valor justo do instrumento em resultado financeiro. Os impostos diferidos sobre as transações de hedge são contabilizadas em “outros resultados abrangentes” líquidos de impostos, somente quando há expectativa de realização dos créditos fiscais.

Desreconhecimento e baixa: a Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter

substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, deve reconhecer a participação retida e o respectivo passivo pelos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

e) Depósitos

Depósitos para manutenção de aeronaves e motores: referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquida de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com na base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente em resultado em função dos pagamentos realizados na rubrica de “Material de manutenção e reparo”.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2017, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento: os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

f) Arrendamentos operacionais e transações de venda e retroarrendamento – *Sale-leaseback*

As parcelas decorrentes de contratos de arrendamento classificados em modalidade operacional são registradas como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato e apresentados na rubrica de “arrendamentos operacionais”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados na nota explicativa nº27.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda de direitos como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado);

O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesa antecipada, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo é registrado de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

g) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº14.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas, onde o valor residual passa a ser depreciado pelo período remanescente à nova expectativa de vida útil.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

Adiantamentos para aquisição de aeronaves: referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation* e aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

Contratos de arrendamento: em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e os pagamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

Gastos com reconfiguração de aeronaves: A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº14. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual.

Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves e APU's (*Auxiliary Power Unit*): os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor ou da aeronave. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores, aeronaves ou APU's, ou relacionados a outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no resultado.

h) Intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura: o valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa (GLA e Smiles). A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

Direitos de operações em aeroportos: foram adquiridos na compra da GLA e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, em conjunto à unidade geradora de caixa GLA (malha aérea) quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

Software: os custos de aquisição ou desenvolvimento de *software* de computadores que possam ser separados de um item de *hardware* são capitalizados separadamente, e amortizados em base linear pelo período do contrato.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos: são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação de origem no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e avaliados em conjunto com as demais diferenças temporárias ativas quanto a sua expectativa de realização.

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

Provisão para devolução de aeronaves: aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de “reconfigurações/benfeitorias de aeronaves” do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº14). Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa desconto estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Provisão para devolução de motores: são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação. O prazo será baseado na data que se espera a devolução da aeronave arrendada, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Provisão para processos judiciais: As provisões são constituídas e reavaliadas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a avaliação individual de cada processo, considerando o desembolso financeiro estimado. Se a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

k) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia (*breakage*). O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes emitidos que expiram pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não utilizá-los. Periodicamente a Companhia registra uma atualização dos saldos do *breakage* com objetivo de refletir o comportamento dos bilhetes expirados.

Sob a perspectiva do consolidado o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de milhagem por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidos quando o serviço é realizado.

l) Receita diferida e receita da milhas

O “Programa Smiles” tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros.

m) Remuneração baseada em ações

Opções de compra de ações: o valor justo das opções de compra de ações concedidas aos executivos é estimado na data da concessão utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes*, e a despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido.

Ações restritas: a transferência das ações restritas aos beneficiários se realiza ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá através de ações mantidas em tesouraria, cujo valor por ação é determinado pela cotação de mercado na data da transferência ao beneficiário. Ganhos relativos às diferenças do valor justo da ação na data da concessão e o valor na data da transferência das ações restritas são contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de “Ágio na conferência de ações”.

O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

n) Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos operacionais:

Segmento de transporte aéreo: as operações deste têm origem em sua controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo.

Segmento de programa de fidelidade: as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial, líquida" na demonstração de resultado do exercício.

p) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração valor adicionado".

q) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

Recuperabilidade de ativos financeiros: a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade.

Recuperabilidade de ativos não financeiros: ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº14.

Imposto de renda: a Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas.

Breakage: como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita durante o prazo de vencimento do direito a uso do cliente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa: é constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de títulos a receber. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos combinados com análises de risco por cliente, realiza o registro da provisão de títulos com baixa expectativa de realização.

Provisão para processos judiciais: a constituição da provisão inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e a Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para devolução de aeronaves: a Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves considerando os custos a incorrer quando da sua devolução, e condições contratuais, com contrapartida no imobilizado.

Provisão para devolução de motores: são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes.

Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações

a) Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia:

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia pretende adotar a norma na data de sua vigência. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação integral de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 não terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia. Um dos principais impactos apurados estão relacionados à mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa que passará a ser valorado com base na perda estimada e não mais na perda incorrida. A Companhia espera uma redução de aproximadamente 30% no montante estimado de perdas. Em relação aos impactos sobre os derivativos, a Companhia espera que as principais mudanças se relacionem com a documentação de políticas de estratégias de hedge em decorrência de sua adesão ao IFRS 9.

IFRS 15 (CPC 47) – Receita com contrato de clientes

Em 2014 o IASB emitiu a norma IFRS15 – Receita de Contratos com Clientes, que passa a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2018. O IFRS15 (CPC47) apresenta princípios de reconhecimento de receita baseados em um novo modelo constante de cinco passos a ser aplicado em todos os contratos com clientes, e de acordo com as obrigações de desempenho da entidade. A Companhia adotará a nova norma na data de sua entrada em vigor, a partir de 1º de Janeiro de 2018, utilizando o método retrospectivo completo. No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma avaliação do IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento. Segue abaixo a avaliação dos

impactos para os principais grupos de receitas da Companhia:

a) Receita de passageiros decorrente de acordos de voos compartilhados: correspondem a acordos onde duas ou mais companhias aéreas se unem para a entrega de serviço de transporte aéreo. Em situações em que a Companhia atuará como principal, o reconhecimento da receita deverá ser feito pelo valor bruto da transação (valor do bilhete para o cliente final), e em situações em que a companhia atuará como agente, o reconhecimento da receita deverá ser feito pelo valor líquido da transação (valor da venda menos o montante a repassar a parceira). A Companhia não apurou impactos decorrentes da mudança da norma para as receitas provenientes de voos compartilhados.

b) Receitas auxiliares: compreendem todas as receitas que são atreladas à prestação de serviço de transporte aéreo, tais como excesso de bagagem, cobranças por remarcações, reembolsos, cancelamento, no-show, dentre outros. Tais receitas foram avaliadas e serão enquadradas como “relacionadas ao serviço principal”, passando a ser reconhecidas no momento em que os serviços são prestados aos clientes. Neste sentido, a Companhia concluiu seu processo de avaliação e estimou impactos de aproximadamente R\$14 milhões de receita que terão alterações em seu momento de reconhecimento e aproximadamente R\$500 milhões de receita que deixarão de ser divulgadas como “Outras receitas” e passarão a ser apresentadas no grupo de “Transporte de passageiros”.

c) Receitas de *breakage*: consiste na expectativa de milhas e bilhetes com alta probabilidade de não serem utilizados pelos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, a Companhia utiliza ferramentas de análise e dados estatísticos que permitem que a estimativa seja calculada com razoável grau de segurança. Dado aos requerimentos mais específicos da norma sobre o tema, a Companhia concluiu que suas metodologias aplicadas estão aderentes ao IFRS 15.

d) Programa de milhagens: (i) Apresentação como principal x agente: a Companhia está avaliando os impactos no enquadramento da classificação entre principal ou agente para as transações realizadas pela Smiles, sendo que, caso enquadrada como agente, o principal impacto refere-se a apresentação da receita bruta com resgate de prêmios líquida de seus respectivos custos.

(ii) Valorização de milhas: não há impactos decorrentes da valorização das milhas, uma vez que as mesmas são precificadas com base no valor de venda, considerando que o Programa de Milhagens Smiles opera de forma independente. Como consequência, não há qualquer modificação na valorização dos bilhetes que são originados por meio de resgate do programa de milhagens.

IFRS 16 Arrendamentos

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do “IFRS 16 – Leases”, que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Internacionalmente, a adoção inicial é permitida a partir de 01 de janeiro de 2018, mas no Brasil, a adoção antecipada desta norma é vedada pela CVM. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia deverá sofrer impactos significativos em decorrência da adoção desta norma, uma vez que do total de 120 aeronaves, 89 possuem contrato de arrendamento operacional. Como consequência, a Companhia acredita haver mudanças relevantes advindas da adoção da norma, com o potencial de aumento em ativos referentes a direito de uso e passivos referentes a arrendamentos que passarão a ser registrados no balanço a partir da data de adoção.

IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 “Tributos sobre o lucro” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e a Companhia não espera impactos relevantes da aplicação da norma.

b) Melhorias anuais – Aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

IFRS 12 – Entidades de Investimentos

Esta melhoria esclarece que os requerimentos de divulgação desta norma se aplicam a participações em entidades subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que estão classificados como mantidos para venda, para distribuição ou que estão classificados como parte do grupo de operações descontinuadas.

IAS 12 – Tributos sobre o lucro

Esclarecimento sobre as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis.

IAS 7 – Apresentação de fluxos de caixa

Fluxos de caixa: As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações adicionais para o exercício e para fins de comparação na nota explicativa nº29.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e depósitos bancários	103.268	17.978	427.608	246.528
Equivalentes de caixa	459	39.400	599.254	315.679
Total	103.727	57.378	1.026.862	562.207

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos privados	14	31.267	164.959	45.882
Títulos públicos	-	-	14.039	-
Fundos de investimento	445	8.133	420.256	269.797
Total	459	39.400	599.254	315.679

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos privados são compostos principalmente por operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), com rentabilidade média equivalente a 77,6% (52,2% em 31 de dezembro de 2016) do CDI.

Os títulos públicos estão representados basicamente por LFT com rentabilidade média ponderada de 116,3% do CDI.

Os fundos de investimento classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2017, os fundos de investimento apresentavam rentabilidade média equivalente a 99,8% (91,3% em 31 de dezembro de 2016) do CDI.

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos privados	730.900	-	731.061	77.080
Títulos públicos	-	-	32.701	41.104
Fundos de investimento	-	49	191.827	313.049
Total	730.900	49	955.589	431.233

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos privados são compostos por *time deposits* e debêntures, com rentabilidade média ponderada de 98% (38% em 31 de dezembro de 2016, compostos substancialmente por *time deposits* e aplicações em bancos de primeira linha).

Os títulos públicos estão representados basicamente por LFT e LTN com rentabilidade média ponderada de 107,7% (102,3% em 31 de dezembro de 2016) do CDI.

Os fundos de investimento são compostos por títulos e fundos privados remunerados à taxa média ponderada de 98,9% (101,0% em 31 de dezembro de 2016) do CDI e que podem estar sujeitos a variações significativas no valor.

5. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos em garantia de carta fiança	2.211	2.114	60.423	15.721
Depósito em garantia (a)	32.120	29.360	71.110	67.345
Depósito em garantia - Arrendamentos (b)	-	-	116.131	78.015
Outros depósitos vinculados (c)	4.101	1.182	20.383	7.688
Total	38.432	32.656	268.047	168.769

- (a) O valor de R\$32.120 (controladora e consolidado) refere-se à garantia contratual para o processo junto ao STJ sobre a incidência de PIS e COFINS sobre JSCP pagos à GLAI conforme nota explicativa nº21. Os demais valores referem-se a garantias de cartas de créditos da controlada GLA.
- (b) Saldo referente a depósitos efetuados requeridos para obtenção de cartas de crédito em garantia de arrendamentos operacionais de aeronaves da controlada GLA.
- (c) Refere-se a aplicações principalmente para garantia de fianças bancárias. .

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	454.975	345.798
Agências de viagens	307.149	228.089
Agências de cargas	39.225	41.926
Companhias aéreas parceiras	3.780	4.153
Outros	43.871	66.774
Total moeda nacional	849.000	686.740
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	67.479	49.104
Agências de viagens	9.829	16.323
Agências de cargas	823	2.215
Companhias aéreas parceiras	47.662	31.200
Outros	366	8.837
Total moeda estrangeira	126.159	107.679
Total	975.159	794.419
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.681)	(34.182)
Total, líquido	936.478	760.237

A composição das contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer		
Até 30 dias	594.968	348.168
D 31 a 60 dias	133.438	151.186
De 61 a 90 dias	44.642	66.925
De 91 a 180 dias	71.116	86.652
De 181 a 360 dias	26.541	11.147
Acima de 360 dias	241	239
Total a vencer	870.946	664.317
Vencidas		
Até 30 dias	21.686	19.117
De 31 a 60 dias	8.338	5.623
De 61 a 90 dias	3.559	10.915
De 91 a 180 dias	15.620	22.648
De 181 a 360 dias	8.059	20.609
Acima de 360 dias	8.270	17.008
Total vencidas	65.532	95.920
Total	936.478	760.237

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	(34.182)	(50.389)
Adições	(24.913)	(9.806)
Baixas de montantes incobráveis	17.649	16.250
Recuperações	2.765	9.763
Saldo no final do exercício	(38.681)	(34.182)

7. Estoques

	Consolidado	
	2017	2016
Materiais de consumo	28.006	27.281
Peças e materiais de manutenção	162.409	160.884
Outros	585	6.867
Provisão para obsolescência	(12.509)	(12.444)
Total	178.491	182.588

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	(12.444)	(12.444)
Adições	(3.059)	-
Baixas	2.994	-
Saldos no final do exercício	(12.509)	(12.444)

8. Impostos diferidos e a recuperar

8.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	22.416	24.377	66.786	51.215
IRRF	2.750	2.198	7.308	9.601
PIS e COFINS	-	-	408	16.908
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	6.127	8.130
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	-	-	5.431	12.044
Outros	443	-	4.195	1.449
Total	25.609	26.575	90.255	99.347
Circulante	19.446	9.289	83.210	27.287
Não circulante	6.163	17.286	7.045	72.060

8.2. Impostos diferidos ativos (passivos) - longo prazo

	GLAI		GLA		Smiles		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais	17.515	9.149	-	-	111.801	-	129.316	9.149
Base negativa de contribuição social	6.306	3.294	-	-	40.249	-	46.555	3.294
Diferenças temporárias								
Programa de milhagem	-	-	-	9	-	-	-	9
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	2.944	-	60.586	13.697	55	126	63.585	13.823
Provisão para perda na aquisição da GLA	-	-	143.350	143.350	-	-	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	938	966	77.914	16.352	4.411	169	83.263	17.487
Devolução de aeronaves	-	-	68.438	32.515	-	-	68.438	32.515
Operações com derivativos	-	-	9.603	1.635	-	-	9.603	1.635
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (a)	-	-	-	-	14.588	29.177	14.588	29.177
Direitos de voo	-	-	(353.226)	(353.226)	-	-	(353.226)	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	(167.913)	(148.581)	-	-	(167.913)	(148.581)
Estorno da amortização do ágio na aquisição da GLA	-	-	(127.659)	(127.659)	-	-	(127.659)	(127.659)
Operações de leasing de aeronaves	-	-	34.660	30.589	-	-	34.660	30.589
Outros (b)	-	-	66.242	53.299	40.889	33.193	143.949	117.577
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Não circulante	27.703	13.409	(188.005)	(338.020)	211.993	62.665	88.509	(230.861)

(a) Refere-se ao benefício fiscal originado através do ágio decorrente da incorporação reversa da G.A. Smiles Participações S.A. pela controlada Smiles S.A.. Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social.

(b) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre GLA e Smiles no valor de R\$36.818 está registrada diretamente no Consolidado (R\$31.085 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas diretas GLA e Smiles possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	GLAI		GLA		Smiles	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prejuízo fiscal	172.547	190.125	4.134.099	3.971.845	758.289	867.403
Base negativa de contribuição social	172.547	190.125	4.134.099	3.971.845	758.289	867.403

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2017 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, conforme segue:

GLAI: possui o montante total de créditos fiscais de R\$62.548, sendo R\$58.666 referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$3.882 referente a diferenças temporárias, com realização suportada pelo plano de longo prazo. A Companhia avaliou as projeções de resultados futuros e, como resultado, deixou de reconhecer o montante de R\$34.845 referente a créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

GLA: possui créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.405.594. Face aos recentes acontecimentos no cenário político, instabilidade do cenário econômico, oscilações do dólar e demais variáveis que podem afetar as projeções de resultados futuros, bem como ao histórico de prejuízos nos últimos exercícios, a Companhia deixou de registrar os créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na sua totalidade. Em 10 de março e em 19 de setembro de 2017 a Companhia realizou as adesões ao Programa de Regularização de Tributos ("PRT") e Programa Especial de Regularização de Tributos ("PERT"), respectivamente, que permitiu a quitação parcial de tributos com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme nota explicativa nº18. Consequentemente, a Companhia utilizou créditos fiscais no montante de R\$225.005, o qual foi registrado no resultado do período. Adicionalmente, a Companhia analisou a realização das diferenças temporárias ativas e limitou seu registro com base na expectativa de realização das diferenças temporárias passivas e deixou de reconhecer o montante líquido de R\$163.416 de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias.

Smiles Fidelidade: Em 1 de julho de 2017, a Smiles Fidelidade S.A. incorporou a Smiles S.A e com base nas projeções de resultados futuros reconheceu imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e contribuição social sobre base negativa diferidos, no montante de R\$193.020. O montante registrado corresponde exclusivamente aos valores com expectativa de realização, mediante avaliações internas realizadas pela Administração da Companhia.

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.205	844.162	70.996	1.361.422
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(750)	(287.015)	(24.139)	(462.883)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	124.419	(6.445)	185	(435)
Resultado das subsidiárias integrais	(94.462)	56.239	(106.533)	56.239
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	(16.611)	-	(14.012)	3.803
Receitas não tributáveis, líquidas	(255)	(442)	(51.572)	(41.913)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(7.283)	246.721	(20.225)	242.190
Juros sobre o capital próprio	(5.374)	(4.134)	4.817	3.543
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	14.610	533	291.002	(59.602)
Utilização de créditos fiscais em parcelamento especial (*)	2.685	-	227.690	-
Imposto de renda e contribuição social total	16.979	5.457	307.213	(259.058)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(239.846)	(257.944)
Diferido	16.979	5.457	547.059	(1.114)
Total imposto de renda e contribuição social	16.979	5.457	307.213	(259.058)

(*) O valor foi utilizado para a redução de 76% da dívida de tributos, após a adesão da GLA ao PRT, conforme nota explicativa nº18.

9. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos judiciais (a)	50.953	38.760	508.515	432.182
Depósito para manutenção (b)	-	-	484.565	584.149
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento (c)	13.783	-	170.679	172.661
Total	64.736	38.760	1.163.759	1.188.992

(a) Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias relativas a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios que estão relacionados. Parte de tais depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, de processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer outra parte relacionada de terceiros. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que ocorrem tais bloqueios é demandada a sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2017, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$108.860 e R\$74.300, respectivamente (R\$101.352 e R\$77.695 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Depósitos para manutenção

A Companhia efetuou depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósito para manutenção:

- Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$218.361 (R\$336.318 em 31 de dezembro de 2016).
- Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos

componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo referente a tais reservas era de R\$266.204 (R\$247.831 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia, em dólar norte-americano, às empresas de arrendamento cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos.

10. Transações com partes relacionadas

10.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

Controladora

A Companhia mantém mútuos ativos e passivos com a GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
GLAI com GLA	36.876	37.855	112.869	-
GAC com GLA	-	281.630	21.813	21.490
Gol Finance LuxCo com GLA	1.533.715	1.553.865	328	328
Total	1.570.591	1.873.350	135.010	21.818

Adicionalmente, a Controladora possui mútuos entre as entidades Gol Finance LuxCo, Gol Finance e GAC, conforme resumo a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
GAC com GLAI	-	-	125.148	123.298
GAC com Gol Finance	32.238	-	961.212	1.096.749
Gol Finance LuxCo com GAC	434.418	437.559	-	-
Gol Finance LuxCo com GLAI	-	-	24.313	23.675
Gol Finance LuxCo com Gol Finance	845.852	863.596	560.472	734.848
Total	1.312.508	1.301.155	1.671.145	1.978.570

Tais operações são eliminadas na Controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior consideradas como extensões das operações da Companhia.

10.2. Serviços de transportes e de consultoria

Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria foram celebrados por meio da GLA, e abaixo estão listadas as empresas com as quais os contratos foram celebrados, bem como o seu objeto e principais condições contratuais:

Viação Piracicabana Ltda.: Prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores entre aeroportos. Em 01 de julho de 2017, foi celebrado um Termo de Cessão entre Breda Transportes e Serviços S.A. ("Cedente") e a Viação Piracicabana S.A. ("Cessionária"), ficando a cessionária responsável pelos direitos e obrigações a partir da data da celebração do Termo de Cessão. O contrato possui vigência até 06 de novembro de 2018.

Expresso União: prestação de serviços de transporte de colaboradores, com vigência até 02 de abril de 2018.

Pax Participações S.A.: serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado.

Aller Participações: serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado.

Limmat Participações S.A.: serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$8.583 (R\$13.013 em 31 de dezembro de 2016). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores

a partes relacionadas era de R\$769 (R\$800 em 31 de dezembro de 2016), e refere-se substancialmente a transações junto à Breda Transportes e Serviços S.A. e à Viação Piracicabana S.A..

10.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

Em setembro de 2011, a controlada GLA celebrou contratos com as partes relacionadas, Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A., Viação Piracicabana Ltda., Thurgau Participações S.A., Comporte Participações S.A., Quality Bus Comércio De Veículos Ltda., Empresa Princesa Do Norte S.A., Expresso União Ltda., Breda Transporte e Serviços S.A., Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A. Spe., Empresa Cruz De Transportes Ltda., Expresso Maringá do Vale S.A., Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A., Expresso Itamarati S.A., Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda., Limmat Participações S.A., Turb Transporte Urbano S.A., Vaud Participações S.A., Aller Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE, com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

10.4. Contrato de utilização de sala VIP

Em 09 de abril de 2012, a Companhia firmou contrato de utilização recíproca da Sala VIP junto a Delta Air Lines, Inc. (“Delta Air Lines”), prevendo o repasse de US\$20 por passageiro. Em 30 de agosto de 2016, foi assinado um aditivo contratual deliberando um adiantamento para utilização da sala VIP no montante de US\$3 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto era de R\$6.779.

10.5. Contrato de manutenção de componentes e financiamento de manutenção de motores

Em 2010, a controlada GLA firmou um contrato de serviços de manutenção de motores junto à Delta Air Lines. O contrato de manutenção foi renovado em 22 de dezembro de 2016, com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de janeiro de 2017, a controlada GLA celebrou um *Loan Agreement* com a Delta Air Lines no valor de US\$50 milhões, com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2020, com obrigação de reembolso a ser realizado pela Companhia, GLA e Gol Finance LuxCo, nos termos do contrato de reembolso celebrado em 19 de agosto de 2015, com garantia fidejussória pela Companhia à controlada GAC. No contexto deste contrato, a Companhia possui flexibilização nos prazos de pagamento para serviços de manutenção de motores, mediante limite de crédito disponibilizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da Delta Air Lines foram de R\$403.195 (R\$210.220 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto registrado na rubrica de “Fornecedores” junto à oficina Delta Air Lines era de R\$372.511 (R\$201.170 em 31 de dezembro de 2016).

10.6. Emissão de crédito com garantia fidejussória (*Term Loan*)

Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance LuxCo, emitiu uma dívida no valor de US\$300 milhões através do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,7% a.a.. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional (“Backstop Guaranty”) concedida pela Delta Air Lines. Para maiores informações, vide nota explicativa nº16.

10.7. Contratos de parceria comercial estratégica

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica para cooperação comercial de longo prazo junto à Airfrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias nos mercados brasileiro e europeu. O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R\$112.152, integralmente recebido pela Companhia. O contrato possui prazo de 5 anos, período pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R\$20.557 e R\$3.426 classificadas como “Outras obrigações” no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$22.430 e R\$26.169 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

Em 1 de janeiro de 2017, a Companhia firmou um contrato de ampliação da parceria estratégica junto à Airfrance-KLM, com a finalidade de serviços de manutenção e reparo de motores. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um saldo em aberto junto à Airfrance-KLM registrado na rubrica de fornecedores no montante total de R\$157.264.

10.8. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e benefícios (*)	47.705	38.134
Encargos sociais	5.232	4.690
Remuneração baseada em ações	11.005	11.226
Total	63.942	54.050

(*) Inclui remuneração do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía política de benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os colaboradores. Benefícios pontuais podem ser avaliados para executivos-chave, limitados a um período de curto prazo.

11. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opções”) e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo.

11.1. Plano de Opção de Compra de Ações - GLAI

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	149.000	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	1,0
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	796.872	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	2,0
2011	20/12/2010	2.722.444	538.915	27,83	16,07 (c)	44,55%	0,47%	10,25%	2,9
2012	19/10/2012	778.912	392.895	12,81	5,32 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	4,7
2013	13/05/2013	802.296	437.315	12,76	6,54 (e)	46,91%	2,00%	7,50%	5,3
2014	12/08/2014	653.130	392.042	11,31	7,98 (f)	52,66%	3,27%	11,00%	6,6
2015	11/08/2015	1.930.844	1.323.567	9,35	3,37 (g)	55,57%	5,06%	13,25%	7,6
2016	30/09/2016	5.742.732	4.237.873	2,62	1,24 (h)	98,20%	6,59%	14,25%	8,7
2017	08/08/2017	947.767	771.814	8,44	7,91 (i)	80,62%	1,17%	11,25%	9,6
Total		17.495.238	9.040.293	8,63					7,1

- (a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.
(b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.
(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).
(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).
(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).
(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).
(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).
(h) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).
(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

A movimentação do total das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016	8.992.055	9,14
Opções concedidas	947.767	8,44
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(422.763)	22,37
Opções exercidas	(476.766)	5,65
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2017	9.040.293	8,63
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2016	6.214.124	13,66
31 de dezembro de 2017	7.307.151	9,59

11.2. Plano de ações restritas - GLAI

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Ano da ação	Reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Valor justo médio na data da concessão
2014	13/08/2014	804.073	-	11,31
2015	30/04/2015	1.207.037	875.923	9,35
2016	30/09/2016	4.007.081	3.137.373	2,62
2017	08/08/2017	1.538.213	1.283.895	8,44
Total		7.556.404	5.297.191	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir.

	Total de ações restritas
Ações restritas outorgadas até 31 de dezembro de 2016	4.609.256
Outorgas realizadas	1.538.213
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(235.097)
Ações transferidas (*)	(615.181)
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2017	5.297.191

(*) O valor correspondente às ações transferidas é de R\$6.566.

11.3. Plano de opção de compra de ações – Smiles Fidelidade

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	54.003	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	5,5
2014	04/02/2014	1.150.000	199.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	6,0
Total		2.208.043	253.053						

(a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,84 e R\$4,20 para os períodos de vesting de 2013 e 2014; e, R\$ 3,73 para os períodos de vesting de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os períodos de vesting de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016	483.053	30,21
Opções exercidas	(230.000)	16,45
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2017	253.053	29,24

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações o montante de R\$11.956 atribuído aos acionistas controladores e R\$192 aos acionistas não controladores da Smiles (R\$12.658 atribuído aos acionistas controladores e R\$413 aos acionistas não controladores da Smiles no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado na rubrica “pessoal”.

12. Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Gol Finance e Gol Finance LuxCo foram considerados na essência uma extensão da Companhia e são somados linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles Fidelidade, GLA e Gol Dominicana são investimentos na controladora GLAI.

O saldo consolidado de investimento é decorrente de: i) parcela de 25,4% do capital da Netpoints Fidelidade, detido pela subsidiária Smiles e ii) do investimento na SCP Trip, detido pela subsidiária GLA. Ambos os investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As informações dos investimentos para exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade (d)	Trip	Netpoints
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2017				
Quantidade total de ações	5.262.335.049	123.856.953	-	130.492.408
Capital social	4.554.280	43.104	1.318	75.351
Percentual de participação	100,00%	52,7%	60,00%	25,4%
Patrimônio líquido (negativo)	(2.590.503)	871.719	2.225	(22.997)
Lucros não realizados acumulados (a)	-	(71.469)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(2.590.503)	388.235	1.333	-
Resultado líquido do exercício	(28.765)	760.615	907	(9.344)
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(11.127)	-	-
Resultado líquido do exercício ajustado	(28.764)	394.702	544	-

	Controladora			Consolidado		
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	Trip	Netpoints	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(3.074.190)	281.758	(2.792.432)	2.038	15.184	17.222
Resultado de equivalência patrimonial	(28.764)	394.702	365.938	544	-	544
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	67.913	-	67.913	-	-	-
Efeitos em diluição de participação societária	-	-	-	-	-	-
Baixa do custo do investimento	-	(4.863)	(4.863)	-	-	-
Demais variações patrimoniais das investidas	-	1.018	1.018	-	-	-
Aumento de capital	451.610	-	451.610	-	-	-
Baixa do ágio Netpoints (e)	-	-	-	-	(15.184)	(15.184)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(284.380)	(284.380)	(1.249)	-	(1.249)
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	(7.072)	-	(7.072)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.590.503)	388.235	(2.202.268)	1.333	-	1.333

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA.

(b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido de lucros não realizados.

(c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela GLA. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na GLA. O saldo líquido a ser diferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2.887 (R\$9.959 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº27.2.

(d) O investimento detido pela controladora sobre a Smiles S.A. foi integralmente transferido para a Smiles Fidelidade mediante reorganização societária, onde a Smiles Fidelidade incorporou o patrimônio líquido da Smiles S.A. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº1.

(e) Refere-se ao ágio da Netpoints, baixado em 31 de dezembro de 2017 diante de ausência de perspectiva de rentabilidade futura.

Alienação parcial de participação societária - Smiles S.A.

Em 26 de junho de 2017, a Companhia alienou 1.250.000 ações da Smiles S.A. por meio transação de leilão de ações no montante de R\$76.313. Com a alienação dessas ações, a Companhia reduziu sua participação sobre a Smiles, passando a deter 52,7% frente a sua participação anterior de 53,8% e mantendo-se na posição de acionista controlador. O ganho decorrente dessa alienação parcial do investimento foi reconhecido no patrimônio líquido na rubrica de "Alienação parcial de participação em controlada". Os valores relativos à transação são apresentados abaixo:

	2017
Ações alienadas	1.250.000
Valor do investimento por ação	61,05
Valor de venda	76.313
Baixa do custo do investimento	(4.863)
Imposto de renda sobre ganho de capital (*)	(8.150)
Ganho apurado na alienação do investimento	63.300

(*) Refere-se ao IRPJ e CSLL efetivos apurados na transação.

13. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e direito de receber dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, sendo ela a opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº11. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, somente o plano de opções outorgado em 2016 apresentou a cotação média de mercado acumulada superior aos preços de exercício (*in the money*) e, portanto, apresenta efeito dilutivo. Os demais planos, por apresentarem a cotação média de mercado acumulada inferior aos preços de exercício (*out of the money*), possuem efeito não dilutivo e não foram considerados na quantidade total de ações em circulação.

	Controladora e Consolidado			
	2017		2016	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	7.869	11.315	353.129	496.490
	7.869	11.315	353.129	496.490
Denominador				
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	4.981.350	204.664	5.035.037	202.261
Efeito dos títulos dilutíveis	-	2.614	-	347
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões resumidas diluída (em milhares)	4.981.350	207.278	5.035.037	202.608
Lucro básico por ação	0,002	0,055	0,070	2,455
Lucro diluído por ação	0,002	0,055	0,070	2,450

14. Imobilizado

Controladora

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía saldos de adiantamentos para aquisição de aeronaves, devido a renegociações de contratos realizadas ao longo do exercício de 2016, em função da alteração do cronograma de entrega de aeronaves. Adicionalmente, o valor residual dos direitos de posse sobre as aeronaves era de R\$323.013 em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

	2017			2016	
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro	5,9%	2.000.866	(649.430)	1.351.436	1.411.932
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	7,2%	1.345.161	(494.684)	850.477	804.974
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	26,8%	1.807.133	(941.372)	865.761	615.812
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20,0%	843	(438)	405	467
Ferramentas	10,0%	36.199	(18.124)	18.075	14.617
		5.190.202	(2.104.048)	3.086.154	2.847.802
Perdas por redução ao valor recuperável (*)	-	(26.076)	-	(26.076)	(30.726)
Total equipamentos de voo		5.164.126	(2.104.048)	3.060.078	2.817.076
Imobilizado de uso					
Veículos	20,0%	10.548	(9.100)	1.448	1.660
Máquinas e equipamentos	10,0%	57.834	(37.792)	20.042	22.343
Móveis e utensílios	10,0%	28.148	(16.639)	11.509	10.061
Computadores e periféricos	20,0%	39.458	(30.464)	8.994	7.401
Equipamentos de comunicação	10,0%	2.617	(1.914)	703	823
Instalações	10,0%	1.534	(1.222)	312	332
Centro de manutenção - Confinis	10,0%	107.127	(80.209)	26.918	38.096
Benfeitorias em propriedades de terceiros	18,5%	33.111	(19.571)	13.540	8.248
Obras em andamento	-	33.503	-	33.503	31.571
Total imobilizado em uso		313.880	(196.911)	116.969	120.535
		5.478.006	(2.300.959)	3.177.047	2.937.611
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	18.720	-	18.720	87.399
Total imobilizado		5.496.726	(2.300.959)	3.195.767	3.025.010

(*) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotáveis*, classificados na rubrica de "Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2015	2.081.973	1.419.596	623.843	131.202	4.256.614
Adições	-	425.218	71.503	27.400	524.121
Baixas	(597.136)	(122.487)	(607.947)	(9.911)	(1.337.481)
Depreciação	(72.905)	(317.183)	-	(28.156)	(418.244)
Em 31 de dezembro de 2016	1.411.932	1.405.144	87.399	120.535	3.025.010
Adições	-	827.658	263.328	30.511	1.121.497
Baixas	(5.639)	(135.381)	(332.007)	(10.506)	(483.533)
Depreciação	(54.857)	(388.779)	-	(23.571)	(467.207)
Em 31 de dezembro de 2017	1.351.436	1.708.642	18.720	116.969	3.195.767

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as estimativas utilizadas estão aderentes ao seu plano de negócios.

15. Intangível

	Ágio	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	542.302	1.038.900	133.403	1.714.605
Adições	-	-	55.316	55.316
Baixas	-	-	(781)	(781)
Amortizações	-	-	(29.424)	(29.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	542.302	1.038.900	158.514	1.739.716
Adições	-	-	55.449	55.449
Baixas	-	-	(9.662)	(9.662)
Amortizações	-	-	(38.218)	(38.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	542.302	1.038.900	166.083	1.747.285

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles, e os direitos de operação em aeroportos são integralmente alocados à unidade geradora de caixa GLA, conforme apresentado a seguir:

	Goodwill GLA	Goodwill Smiles	Direitos de operação em aeroportos
31 de dezembro de 2017			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	1.061.177	395.105	-
Valor em uso	15.206.092	5.464.287	5.069.156
Taxa de desconto	15,46%	19,26%	14,50%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%
31 de dezembro de 2016			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	2.433.861	56.880	-
Valor em uso	3.636.201	9.476.173	4.816.306
Taxa de desconto	23,92%	14,51%	27,34%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	8,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 11 de janeiro de 2018.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.

Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua

participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.

Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).

Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - ANP) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Taxa de juros	2017	2016	2017	2016
Circulante						
<u>Em moeda nacional</u>						
Safra (a)	Mai. 2018	128% da taxa DI	-	-	-	9.690
Debêntures VI (g)	Set. 2019	132% da taxa DI	-	-	395.093	-
Juros	-	-	-	-	23.921	45.026
<u>Em moeda estrangeira (US\$)</u>						
J.P. Morgan (b)	Ago.2019	1,32% a.a.	-	-	43.909	42.275
Finimp (c)	Dez. 2018	5,75% a.a.	-	-	240.973	174.428
Engine Facility (Cacib) (d)	Jun. 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	17.145	16.889
ExIm (Cacib) (e)	Abr. 2019	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	47.507	-
Bônus Sênior I (f)	Abr. 2017	7,60% a.a.	-	182.418	-	182.418
Bônus Sênior V (k)	Dez. 2018	9,71% a.a.	23.258	-	23.258	-
PK Finance (q)	Ago.2026	5,70% a.a.	-	-	7.883	-
Juros	-	-	71.769	94.801	74.989	97.670
			95.027	277.219	874.678	568.396
Arrendamentos financeiros	Jun. 2025	4,04% a.a.	-	-	288.194	266.894
Total circulante			95.027	277.219	1.162.872	835.290
Não circulante						
<u>Em moeda nacional</u>						
Safra (a)	Mai. 2018	128% da taxa DI	-	-	-	4.871
Debêntures VI (g)	Set. 2019	132% da taxa DI	-	-	617.333	1.005.242
<u>Em moeda estrangeira (US\$)</u>						
J.P. Morgan (b)	Ago.2019	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	12.451	11.142
Engine Facility (Cacib) (d)	Jun. 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	142.137	156.917
ExIm (Cacib) (e)	Abr. 2019	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	35.634	-
PK Finance (p)	Ago.2026	5,70% a.a.	-	-	78.239	-
Bônus Sênior II (h)	Jul. 2020	9,64% a.a.	314.589	368.000	314.589	368.000
Bônus Sênior III (i)	Fev. 2023	11,30% a.a.	69.074	68.053	69.074	68.053
Bônus Sênior IV (j)	Jan. 2022	9,24% a.a.	299.524	889.595	299.524	889.595
Bônus Sênior V (k)	Dez. 2018	9,71% a.a.	-	43.010	-	43.010
Bônus Sênior VI (l)	Jul. 2021	9,87% a.a.	127.181	120.631	127.181	120.631
Bônus Sênior VII (m)	Dez. 2028	9,84% a.a.	54.752	52.721	54.752	52.721
Bônus Sênior VIII (n)	Jan. 2025	7,19% a.a.	1.597.713	-	1.597.713	-
Bônus Perpétuos (o)	-	8,75% a.a.	509.105	498.291	438.201	428.436
Term Loan (p)	Ago. 2020	6,70% a.a.	968.010	944.194	968.010	944.194
			3.939.948	2.984.495	4.754.838	4.092.812
Arrendamentos financeiros	Jun. 2025	4,04% a.a.	-	-	1.187.957	1.451.118
Total não circulante			3.939.948	2.984.495	5.942.795	5.543.930
Total			4.034.975	3.261.714	7.105.667	6.379.220

(a) Linha de crédito captada pela controlada Webjet liquidado no exercício conforme nota explicativa 16.3.

(b) Emissão de 3 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, conforme mencionado na nota explicativa 10.5.

(c) Linha de crédito junto ao Banco do Brasil e Safra, utilizada para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

(d) Linha de crédito captada em 30 de setembro de 2014 junto ao Credit Agricole.

(e) Linha de crédito captada em 11 de agosto de 2017 junto ao Credit Agricole.

(f) Emissão do Bônus Sênior série I pela controlada Gol Finance em 22 de março de 2007, cujos recursos captados têm a finalidade de financiar pré-pagamentos para aquisição de aeronaves. O saldo foi liquidado em seu vencimento original em abril de 2017.

- (g) Emissão de 105.000 debêntures pela controlada GLA em 30 de setembro de 2015, com a finalidade de liquidação integral antecipada das Debêntures IV e V.
- (h) Emissão do Bônus Senior série II pela controlada Gol Finance em 13 de julho de 2010 para pagamento de dívidas.
- (i) Emissão do Bônus Senior série III pela controlada GLA em 07 de fevereiro de 2013 com a finalidade de financiar pré-pagamentos de dívidas a vencer nos 3 anos seguintes. O Bônus foi transferido em sua totalidade para a Gol Finance LuxCo, juntamente com os recursos captados na ocasião de sua emissão, e parte do montante captado foi liquidado antecipadamente.
- (j) Emissão do Bônus Senior IV pela controlada Gol Finance LuxCo em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de financiar a recompra parcial dos Bônus Sênior I, II e III.
- (k) Emissão do Bônus Senior V pela controlada Gol Finance LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpetuo.
- (l) Emissão do Bônus Senior VI pela controlada Gol Finance LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpetuo.
- (m) Emissão do Bônus Senior VII pela controlada Gol Finance LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpetuo.
- (n) Emissão do Bônus Senior VIII pela controlada Gol Finance LuxCo em 11 de dezembro de 2017, para recompra de Bônus seniores e propósitos gerais da Companhia.
- (o) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 05 de abril de 2006 para financiamentos bancários e de aquisição de aeronaves.
- (p) Emissão de *Term Loan* pela controlada Gol Finance LuxCo em 31 de agosto de 2016 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines. Para maiores informações vide nota explicativa nº10.6.
- (q) Empréstimo com garantia de 4 motores captado junto à PK Finance, conforme nota explicativa nº16.2.

O total de empréstimos e financiamentos incluem custos de captação de R\$101.795 (R\$97.433 em 31 de dezembro de 2016) que serão amortizados durante a vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos, exceto arrendamentos financeiros de longo prazo, estão a seguir:

	Controladora						
	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Sem vencimento	Total
Em moeda estrangeira (US\$)							
Bônus Sênior II	-	314.589	-	-	-	-	314.589
Bônus Sênior III	-	-	-	-	69.074	-	69.074
Bônus Sênior IV	-	-	-	299.524	-	-	299.524
Bônus Sênior VI	-	-	127.181	-	-	-	127.181
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	54.752	-	54.752
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	1.597.713	-	1.597.713
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	509.105	509.105
Term Loan	-	968.010	-	-	-	-	968.010
Total	-	1.282.599	127.181	299.524	1.721.539	509.105	3.939.948

	Consolidado						
	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Sem vencimento	Total
<u>Em moeda nacional</u>							
Debêntures VI	617.333	-	-	-	-	-	617.333
<u>Em moeda estrangeira (US\$)</u>							
J.P. Morgan	12.451	-	-	-	-	-	12.451
Engine Facility (Cacib)	17.177	17.177	107.783	-	-	-	142.137
ExIm (Cacib)	35.634	-	-	-	-	-	35.634
PK Finance	8.352	8.838	9.375	9.933	41.741	-	78.239
Bônus Sênior II	-	314.589	-	-	-	-	314.589
Bônus Sênior III	-	-	-	-	69.074	-	69.074
Bônus Sênior IV	-	-	-	299.524	-	-	299.524
Bônus Sênior VI	-	-	127.181	-	-	-	127.181
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	54.752	-	54.752
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	1.597.713	-	1.597.713
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	438.201	438.201
<i>Term Loan</i>	-	968.010	-	-	-	-	968.010
Total	690.947	1.308.614	244.339	309.457	1.763.280	438.201	4.754.838

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2017, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil (c)	Valor justo	Contábil (c)	Valor justo
Bônus Sênior e Perpétuos (a)	3.045.403	3.025.048	2.974.501	2.955.391
Debêntures (b)	-	-	1.036.348	1.072.232
<i>Term Loan</i> (b)	989.572	1.013.928	989.572	1.013.929
Demais empréstimos			629.095	724.788
Total	4.034.975	4.038.976	5.629.516	5.766.340

(a) Valor justo obtido através de cotações de mercado.

(b) Valor justo obtido por meio de metodologias internas de avaliação.

(c) Os valores contábeis apresentados estão líquidos de juros e custos de emissão.

16.1. Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2017, os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e arrendamentos financeiros) no valor total de R\$4.316.637 (R\$3.664.376 em 31 de dezembro de 2016), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no *Term Loan* e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil. No *Term Loan*, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do *Term Loan*. Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 5,50 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,33. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2017, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDAR de 4,70; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,43. Sendo assim, a Companhia atendeu os níveis mínimos exigidos para as cláusulas restritivas citadas acima e, dessa forma, encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas. A próxima medição ocorrerá ao fim do primeiro semestre de 2018.

16.2. Reestruturação e novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Financiamento à importação (Finimp): a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou novos recursos ao longo do exercício e renegociou os vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias, como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importações, com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão a seguir:

Data da Renegociação e captação	Instituição financeira	Montante captado		Taxa de Juros (a.a.)	Data de vencimento
		(US\$)	(R\$)		
13/01/2017	Banco do Brasil	5.245	16.803	6,13%	05/01/2018
01/02/2017	Banco do Brasil	8.595	27.057	6,15%	28/01/2018
10/02/2017	Banco do Brasil	4.815	15.001	6,14%	05/02/2018
20/04/2017	Banco do Brasil	4.274	13.442	6,20%	16/04/2018
31/05/2017	Banco Safra	5.407	17.540	4,85%	29/05/2018
26/06/2017	Banco do Brasil	9.638	31.929	5,95%	21/06/2018
26/06/2017	Banco Safra	4.571	15.142	5,17%	21/06/2018
30/06/2017	Banco do Brasil	10.436	34.526	5,85%	28/06/2018
30/06/2017	Banco do Brasil	7.823	25.879	5,85%	28/06/2018
30/10/2017	Banco do Brasil	2.693	8.768	5,53%	12/01/2018
04/12/2017	Banco Safra	9.347	30.383	5,11%	29/11/2018

Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan): Em 11 de janeiro de 2017, a controlada GLA obteve uma linha de financiamento cuja captação ocorreu através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para realização de serviços de manutenção de motores junto à oficina da Delta Air Lines. O montante captado foi de R\$33.620 (US\$10.456 na data da captação), com custos de emissão de R\$1.802 (US\$560 na data da captação). Em 01 de agosto de 2017, a controlada GLA obteve uma nova linha de financiamento desta modalidade, no montante total de R\$32.451 (US\$10.414 na data da captação) e custos de emissão de R\$1.628 (US\$514 na data da captação). Ambos os financiamentos possuem amortização e pagamentos de juros trimestrais, e garantia financeira do Ex-Im Bank.

Financiamento de Kits Wi-fi (Cacib): Em 11 de agosto de 2017 a controlada GLA obteve uma linha de financiamento para realização de serviços implantação de antenas de Wi-fi junto à GOGO INC., cuja captação

ocorreu através da emissão de Notas Garantidas no montante de R\$19.365 (US\$6.109 na data da captação), com amortização e pagamentos de juros trimestrais e custos de emissão de R\$1.166 (US\$367 na data da captação) e garantia financeira do Ex-Im Bank.

PK Finance: Em 31 de agosto de 2017, a Companhia realizou captação de empréstimo com garantia de 4 motores próprios da Companhia no montante de R\$ 84.342 (US\$26.800 na data da captação) e custo de emissão R\$512 (US\$161 na data da captação). Nessa modalidade, o financiamento possui pagamento e amortização de juros mensais.

Financiamento de manutenção de motores (Cacib): Em 29 de novembro de 2017, a controlada GLA obteve uma linha de financiamento cuja captação ocorreu através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para realização de serviços de manutenção de motores junto à oficina da Delta Air Lines. O montante captado foi de R\$32.136 (US\$10.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$1.866 (US\$580 na data da captação). Em 28 de dezembro de 2017, a controlada GLA obteve uma linha de financiamento desta modalidade, no montante total de R\$33.080 (US\$10.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$1.909 (US\$578 na data da captação). Ambos os financiamentos possuem amortização e pagamentos de juros trimestrais, e garantia financeira do Ex-Im Bank.

Bônus Sênior VIII: Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance LuxCo, emitiu uma série de bônus sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Os Bônus Sênior tem como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Os recursos captados tem o propósito de serem utilizados para recompra de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral.

Os demais empréstimos e financiamentos não sofreram alterações contratuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16.3. Liquidações antecipadas de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Safra: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada Smiles Fidelidade realizou a liquidação da totalidade da dívida mantida com o Banco Safra, sendo que a parcela registrada em não circulante foi liquidada antecipadamente. Como consequência, os custos remanescentes de captação no montante de R\$438 juntamente com a multa pela antecipação da liquidação do empréstimo de R\$137, foram integralmente apropriados no resultado financeiro.

Oferta de Bônus Sênior (Tender Offer): Como parte do processo de reestruturação de dívida (conforme descrito na nota explicativa nº1), a Companhia utilizou recursos captados por meio da emissão de Bônus Sênior ocorrido em 11 de dezembro de 2017 para realizar a recompra de títulos de dívida, conforme demonstrado abaixo:

	Categoria	Data da transação	Saldo anterior	Pagamentos	Novas emissões	Saldo final	Prêmios pagos (*)
Bônus Sênior II	Tender offer	29/12/2017	116.968	(21.191)	-	95.777	(422)
Bônus Sênior IV	Tender offer	11/12/2017	276.730	(185.197)	-	91.533	(12.071)
Bônus Sênior V	Pré-pagamento	19/12/2017	14.685	(7.379)	-	7.306	-
Bônus Sênior VIII	Captação	11/12/2017	-	-	482.717	482.717	-
Total em dólar			408.383	(213.767)	482.717	677.333	(12.493)
Total em Reais			1.331.982	(707.141)	1.596.828	2.221.669	(41.327)

(*) Valores registrados na rubrica de "Gastos com recompra de títulos" no resultado financeiro.

16.4. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólar e estão detalhados a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	350.883
2018	333.795	328.931
2019	319.511	307.027
2020	267.477	267.885
2021	224.591	227.204
2022	119.200	115.367
2023 em diante	326.823	292.362
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	1.591.397	1.889.659
Menos total de juros	(115.246)	(171.647)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	1.476.151	1.718.012
Menos parcela do circulante	(288.194)	(266.894)
Parcela do não circulante	1.187.957	1.451.118

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 4,04% em 31 de dezembro de 2017 (4,52% em 31 de dezembro de 2016). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2017, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$255.644 (R\$217.065 em 31 de dezembro de 2016) e estão somados aos arrendamentos financeiros na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

17. Fornecedores – Risco sacado

A Companhia possui operações com o Banco Safra que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Nesta modalidade, não há alterações às condições comerciais existentes entre Companhia e seus fornecedores. As obrigações contraídas com fornecedores possuem maior prazo de pagamento e incidência de taxa de desconto de 1,03% a.m.. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo circulante era de R\$78.416.

18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS	392	33	40.036	89.332
ICMS Parcelamento	-	-	-	4.852
Parcelamento – PRT e PERT	22.017	-	68.596	-
IRRF sobre salários	-	-	32.070	29.519
ICMS	-	-	45.492	43.226
Imposto sobre importação	-	-	3.454	3.454
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	5.299	12.489
Outros	125	86	6.200	6.105
Total	22.534	119	201.147	188.977
Circulante	7.856	119	134.951	146.174
Não circulante	14.678	-	66.196	42.803

Adesão aos programas de regularização tributária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada GLA aderiram aos seguintes programas de parcelamento:

- (i) Programa de Regularização Tributária ("PRT") em 10 de março de 2017, conforme previsto na MP nº766 de 4 de janeiro de 2017, incluindo débitos de natureza tributária vencidos até 30 de novembro de 2017. Neste programa, a GLA optou pela modalidade de redução de 76% da dívida com a utilização de créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e pagamento de 24% remanescente da dívida em 24 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC a partir do mês da adesão.
- (ii) Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") de acordo com a MP nº783 de 31 de maio de 2017, incluindo débitos de natureza tributária junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda vencidos até 30 de abril de 2017 vencidos até 30 de abril de 2017. Neste programa, a GLA optou, em setembro de 2017, pelo pagamento de 5% do valor total da dívida em 5 parcelas mensais e o restante com a utilização de crédito fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social após a aplicação da redução de 90% dos juros e 70% do valor da multa. A GLAI optou, em outubro de 2017, para a maior parte dos débitos, pelo pagamento de 20% do total da dívida em 3 parcelas e o restante parcelado em 36 meses com redução de 50% dos juros, 80% do valor da multa e 100% do valor dos encargos legais.

A composição dos débitos ingressados nos programas de parcelamento descrito acima são como segue:

	Consolidado
	2017
IPI sobre importação aduaneira (a)	92.153
PIS e COFINS (a)	98.491
PIS e COFINS sobre receita financeira (c)	131.844
IR e CS (a)	23.372
Outros (a)	4.655
Total de débitos	350.515
Reduções de juros e multa (d)	(21.249)
Utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL (b)	(227.689)
Valor parcelado	101.577

(a) Registrados no resultado no grupo de "despesas administrativas" na rubrica de "outras, líquidas", conforme nota explicativa nº24.2.

(b) Vide nota explicativa nº8.2.

(c) Débitos incluídos posteriormente (em maio de 2017) à adesão inicial do PRT e no PERT.

(d) Redução de 90% dos juros e de 50% da multa para o PERT.

19. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$1.456.939 (R\$1.185.945 em 31 de dezembro de 2016) é representado por 4.964.925 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (4.447.824 em 31 de dezembro de 2016) com prazo médio de utilização de 48 dias (46 dias em 31 de dezembro de 2016).

20. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles era de R\$765.114 (R\$781.707 em 31 de dezembro de 2016) e R\$188.204 (R\$219.325 em 31 de dezembro de 2016) classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

21. Provisões

	Consolidado			
	Provisão para seguros	Provisões para devolução de aeronaves e motores (a)	Processos judiciais (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	742	583.941	205.532	790.215
Provisões adicionais reconhecidas (a)	(1)	38.819	158.263	197.081
Provisões realizadas (b)	-	(220.082)	(155.999)	(376.081)
Variação cambial	-	(1.827)	(199)	(2.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	741	400.851	207.597	609.189
Em 31 de dezembro de 2016				
Circulante	742	65.760	-	66.502
Não circulante	-	518.181	205.532	723.713
Total	742	583.941	205.532	790.215
Em 31 de dezembro de 2017				
Circulante	741	45.820	-	46.561
Não circulante	-	355.031	207.597	562.628
Total	741	400.851	207.597	609.189

(a) As adições de provisões para devolução de aeronaves e motores também incluem efeitos de ajuste a valor presente.

(b) As provisões realizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

(a) Provisão para devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução considera os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/benfeitorias de aeronaves).

(b) Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.).

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Cíveis	67.528	73.356
Trabalhistas	137.071	132.163
Tributários	2.998	13
Total	207.597	205.532

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2017, de R\$30.945 para as ações cíveis e R\$124.062 para as ações trabalhistas (R\$31.598 e R\$79.532 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- A GLA discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$48.596 (R\$39.428 em 31 de dezembro de 2016). De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos, a classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$21.222 (R\$19.443 em 31 de dezembro de 2016) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$57.823 (R\$45.689 em 31 de dezembro de 2016) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF (BSSF Air Holdings), no montante de R\$104.213 (R\$47.572 em 31 de dezembro de 2016) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA no montante de R\$80.198 (R\$72.687 em 31 de dezembro de 2016) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- A GLAI discutia judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de juros sobre o capital próprio, relativo aos exercícios dos anos de 2006 a 2008, valores pagos por sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela GLA em 25 de setembro de 2008, no montante de R\$57.793 em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, face à jurisprudência desfavorável em caso semelhante ocorrido recentemente, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável. Dessa forma, a Companhia protocolizou a adesão ao Programa de Parcelamento (PERT) instituído pela MP 783/17 e convertida em Lei pelo Governo Federal e incluiu o montante de R\$34.794 no parcelamento de débitos. Adicionalmente, a Companhia mantém junto ao Bic Banco uma carta de crédito com garantia parcial sobre o valor do processo de R\$32.120 conforme apresentado na nota explicativa nº5, que deverá ser resgatada mediante liquidação integral do parcelamento.
- Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"): decorrente de autos de infração supostamente incidente quando da importação de aeronaves no montante de R\$115.136 em 31 de dezembro de 2016. Em 10 de março de 2017, a Companhia, apesar do não exaurimento do processo em instância administrativa, incluiu o referido débito no PRT, conforme nota explicativa nº18, tendo em vista que decisões em casos similares não tem sido favoráveis.

Existem outros processos de natureza fiscal avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$58.750 (R\$39.113 em 31 de dezembro de 2016) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$382.814 em 31 de dezembro de 2017 (R\$436.861 em 31 de dezembro de 2016).

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do capital social era de R\$3.082.802, representado por 3.129.582.142 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 265.899.432 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	49,25%	61,19%	100,00%	33,88%	61,28%
Delta Air Lines, Inc.	-	12,38%	9,47%	-	16,19%	9,48%
Airfrance - KLM	-	1,60%	1,22%	-	2,09%	1,22%
Ações em tesouraria	-	0,10%	0,08%	-	0,44%	0,26%
Outros	-	0,93%	0,71%	-	1,11%	0,65%
Mercado	-	35,74%	27,33%	-	46,29%	27,11%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 22 de dezembro de 2017, o Fundo Volluto, acionista controlador da Companhia, converteu 2.171.354.430 ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, passando a deter 130.953.776 ações preferenciais (representando 49,22% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2017). Tal conversão das ações ordinárias em ações preferenciais não altera a participação do Fundo Volluto e demais acionistas no capital sobre a Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 8 de agosto de 2017, no montante de R\$1.177, referente ao exercício de 244.185 ações; (ii) 17 de outubro de 2017, no montante de R\$1.492 referente ao exercício de 230.581 opções de ações; e (iii) 13 de dezembro de 2017 no montante de R\$23 referente ao exercício de 2.000 opções de ações.

22.2. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado após reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76).

22.3. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia transferiu 615.181 ações restritas aos beneficiários do plano (632.976 ações restritas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 278.612 ações em tesouraria, totalizando R\$4.168 com valor de mercado de R\$4.068 (893.793 ações em tesouraria, totalizando R\$13.371 com valor de mercado de R\$4.129 em 31 de dezembro de 2016).

23. Receita de vendas

	Consolidado	
	2017	2016
Transporte de passageiros	9.479.242	8.948.170
Transporte de cargas	354.561	324.492
Receita de milhas	800.976	622.567
Outras receitas (*)	657.609	652.602
Receita bruta	11.292.388	10.547.831
Impostos incidentes	(716.366)	(680.496)
Receita líquida	10.576.022	9.867.335

(*) Do montante total, o valor de R\$433.639 para exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$430.898 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016) é composto por receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens.

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2017	%	2016	%
Doméstico	9.044.990	85,5	8.395.364	85,1
Internacional	1.531.032	14,5	1.471.971	14,9
Receita líquida	10.576.022	100,0	9.867.335	100,0

24. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

24.1. Controladora

	2017	%	2016	%
Pessoal (a)	(5.853)	15,1	(2.597)	(1,2)
Prestação de serviços	(20.143)	52,0	(4.679)	(2,2)
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	(7.072)	18,2	233.483	110,0
Outras despesas	(5.697)	14,7	(14.049)	(6,6)
Total	(38.765)	100,0	212.158	100,0

24.2. Consolidado

2017						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.241.052)	(51.162)	(415.897)	-	(1.708.111)	17,8
Combustíveis e lubrificantes	(2.887.737)	-	-	-	(2.887.737)	30,1
Arrendamento de aeronaves	(939.744)	-	-	-	(939.744)	9,8
Material de manutenção e reparo	(368.719)	-	-	-	(368.719)	3,8
Gastos com passageiros	(437.045)	-	-	-	(437.045)	4,6
Prestação de serviços	(345.123)	(241.365)	(288.248)	-	(874.736)	9,1
Comerciais e publicidade	-	(590.814)	-	-	(590.814)	6,2
Tarifas de pouso e decolagem	(664.170)	-	-	-	(664.170)	6,9
Depreciação e amortização	(492.289)	-	(13.136)	-	(505.425)	5,3
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	(7.072)	(7.072)	0,1
Outras, líquidas (c)	(305.497)	(38.957)	(258.784)	-	(603.238)	6,3
Total	(7.681.376)	(922.298)	(976.065)	(7.072)	(9.586.811)	100

2016						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.200.280)	(87.163)	(369.342)	-	(1.656.785)	18,1
Combustíveis e lubrificantes	(2.695.390)	-	-	-	(2.695.390)	29,4
Arrendamento de aeronaves	(996.945)	-	-	-	(996.945)	10,9
Material de manutenção e reparo	(593.090)	-	-	-	(593.090)	6,5
Gastos com passageiros	(461.837)	-	-	-	(461.837)	5,0
Prestação de serviços (d)	(229.696)	(308.246)	(215.555)	-	(753.497)	8,2
Comerciais e publicidade	-	(555.984)	-	-	(555.984)	6,1
Tarifas de pouso e decolagem	(687.366)	-	-	-	(687.366)	7,5
Depreciação e amortização	(430.604)	-	(17.064)	-	(447.668)	4,9
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	233.483	233.483	(2,6)
Outras, líquidas (d)	(315.712)	(37.876)	(69.908)	(130.935)	(554.431)	6,0
Total	(7.610.920)	(989.269)	(671.869)	102.548	(9.169.510)	100,0

- (a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal".
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$7.072 é relativo ao diferimento de perdas líquidas de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009 (ganho líquido de R\$240.436 decorrente de ganhos com operações referentes a 7 aeronaves, das quais 6 aeronaves referem-se a negociação e 1 aeronave em operações de *sale-leaseback* no montante de R\$6.953 referente ao diferimento de perdas líquidas de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009).
- (c) Inclui débitos tributários inseridos no PRT, conforme nota explicativa nº18, classificados como "Despesas administrativas".
- (d) Reclassificações realizadas devido a inclusão da rubrica de Gastos com passageiros.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	11.675	-	35.053	120.403
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	7.285	10.906	119.863	152.656
Variações monetárias	1.985	2.198	14.208	12.411
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(2.451)	(1.262)	(24.393)	(23.041)
Ganho com recompra de títulos	-	286.799	-	286.799
Juros ativos	-	-	18.245	4.651
Juros sobre contrato de mútuo	70.659	83.429	-	-
Outros	-	2.580	50.470	14.625
Total receitas financeiras	89.153	384.650	213.446	568.504
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	(581)	-	(40.770)	(277.183)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(260.867)	(310.615)	(727.285)	(787.661)
Comissões e despesas bancárias	(24.697)	(38.563)	(61.711)	(96.515)
Variações monetárias	-	-	(2.993)	(3.867)
Gastos com recompra de títulos (b)	(53.041)	-	(53.041)	-
Outros (c)	(50.323)	(13.838)	(164.661)	(106.338)
Total despesas financeiras	(389.509)	(363.016)	(1.050.461)	(1.271.564)
Variação cambial, líquida	(24.612)	629.325	(81.744)	1.367.937
Total	(324.968)	650.959	(918.759)	664.877

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

(b) Refere-se ao valor total apurado no processo de oferta de sênior notes. Inclui a baixa de custo das dívidas anteriores no montante de R\$11.714.

(c) Inclui o valor parcial referente a atualização de juros no montante de R\$23.345 relativo a provisões de pagamentos de PIS e COFINS sobre juros sobre capital próprio, através da adesão ao PERT, conforme nota explicativa nº18.

26. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos a partir das atividades de negócio que se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão da Companhia para avaliação do desempenho e alocação de recursos aos respectivos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre seus dois segmentos operacionais, não possuindo custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados.

A Companhia mantém a maioria acionária na controlada Smiles Fidelidade, e a participação dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2017 era de 47,3% (46,2% em 31 de dezembro de 2016),.

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada dos segmentos operacionais reportáveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

26.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2017				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	2.389.146	1.901.672	4.290.818	(945.820)	3.344.998
Não circulante	6.769.399	269.239	7.038.638	(378.888)	6.659.750
Total do ativo	9.158.545	2.170.911	11.329.456	(1.324.708)	10.004.748
Passivo					
Circulante	5.508.427	1.096.357	6.604.784	(854.739)	5.750.045
Não circulante	7.131.078	202.835	7.333.913	(10.264)	7.323.649
Patrimônio líquido	(3.480.960)	871.719	(2.609.241)	(459.705)	(3.068.946)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	9.158.545	2.170.911	11.329.456	(1.324.708)	10.004.748

	2016				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	1.426.750	1.413.422	2.840.172	(759.458)	2.080.714
Não circulante	6.474.404	513.456	6.987.860	(664.219)	6.323.641
Total do ativo	7.901.154	1.926.878	9.828.032	(1.423.677)	8.404.355
Passivo					
Circulante	4.767.322	1.061.806	5.829.128	(980.386)	4.848.742
Não circulante	6.782.835	229.725	7.012.560	(100.196)	6.912.364
Patrimônio líquido	(3.649.003)	635.347	(3.013.656)	(343.095)	(3.356.751)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	7.901.154	1.926.878	9.828.032	(1.423.677)	8.404.355

26.2. Resultados dos segmentos operacionais

	2017				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles (d)	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	8.785.938	-	8.785.938	399.867	9.185.805
Transporte de cargas e outras (a)	768.566	-	768.566	(104.350)	664.216
Receita com resgate de milhas (a)	-	1.804.129	1.804.129	(1.078.128)	726.001
Custo dos serviços prestados (b)	(7.416.092)	(950.470)	(8.366.562)	685.186	(7.681.376)
Lucro bruto	2.138.412	853.659	2.992.071	(97.425)	2.894.646
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(886.234)	(100.129)	(986.363)	64.065	(922.298)
Despesas administrativas (c)	(892.449)	(85.111)	(977.560)	1.495	(976.065)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.072)	(18.619)	(25.691)	18.619	(7.072)
Total receitas (despesas) operacionais	(1.785.755)	(203.859)	(1.989.614)	84.179	(1.905.435)
Resultado de equivalência patrimonial	395.245	-	395.245	(394.701)	544
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	747.902	649.800	1.397.702	(407.947)	989.755
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	184.448	205.431	389.879	(176.433)	213.446
Despesas financeiras	(1.225.315)	(2.201)	(1.227.516)	177.055	(1.050.461)
Variação cambial, líquida	(78.462)	(3.284)	(81.746)	2	(81.744)
Total resultado financeiro	(1.119.329)	199.946	(919.383)	624	(918.759)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(371.427)	849.746	478.319	(407.323)	70.996
Imposto de renda e contribuição social	390.611	(89.131)	301.480	5.733	307.213
Lucro líquido do exercício	19.184	760.615	779.799	(401.590)	378.209
Resultado atribuído aos acionistas controladores	19.184	401.590	420.774	(401.590)	19.184
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	359.025	359.025	-	359.025

	2016				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	8.340.545	-	8.340.545	330.897	8.671.442
Transporte de cargas e outras (a)	729.096	-	729.096	426	729.522
Receita com resgate de milhas (a)	-	1.548.109	1.548.109	(1.081.738)	466.371
Custo dos serviços prestados (b)	(7.459.772)	(792.856)	(8.252.628)	641.708	(7.610.920)
Lucro bruto	1.609.869	755.253	2.365.122	(108.707)	2.256.415
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(991.995)	(93.696)	(1.085.691)	96.422	(989.269)
Despesas administrativas (c)	(611.356)	(56.612)	(667.968)	(3.901)	(671.869)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	102.731	(1.368)	101.363	1.185	102.548
Total receitas (despesas) operacionais	(1.500.620)	(151.676)	(1.652.296)	93.706	(1.558.590)
Resultado de equivalência patrimonial	287.134	(2.530)	284.604	(285.884)	(1.280)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	396.383	601.047	997.430	(300.885)	696.545
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	395.901	212.758	608.659	(40.155)	568.504
Despesas financeiras	(1.311.940)	(168)	(1.312.108)	40.544	(1.271.564)
Variação cambial, líquida	1.362.145	5.792	1.367.937	-	1.367.937
Total resultado financeiro	446.106	218.382	664.488	389	664.877
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	842.489	819.429	1.661.918	(300.496)	1.361.422
Imposto de renda e contribuição social	7.130	(271.156)	(264.026)	4.968	(259.058)
Lucro líquido do exercício	849.619	548.273	1.397.892	(295.528)	1.102.364
Resultado atribuído aos acionistas controladores	849.619	295.528	1.145.147	(295.528)	849.619
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	252.745	252.745	-	252.745

(a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles.

(b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$492.289 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 alocados para os seguintes segmentos: R\$479.328 para transporte aéreo e R\$12.961 para programa de fidelidade Smiles (R\$422.523 e R\$8.081 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

(c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$13.136 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 alocados para os seguintes segmentos: R\$12.478 para transporte aéreo e R\$658 para programa de fidelidade Smiles (R\$16.649 e R\$415 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

Nas demonstrações individuais da controlada Smiles Fidelidade, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, tal tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a GLA a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, é realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

27. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 120 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$45.090.382 (correspondendo a US\$13.630.708 na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
2018	-	1.787.388
2019	1.117.604	2.917.833
2020	4.538.258	4.471.172
2021	6.198.259	6.106.634
2022	6.353.457	6.229.538
2023 em diante	26.882.804	26.519.864
Total	45.090.382	48.032.429

Em 31 de dezembro de 2017, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.463.564 (correspondendo a US\$1.953.919 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	286.829
2018	316.215	483.518
2019	773.268	658.930
2020	848.003	835.468
2021	852.458	839.856
2022	866.119	853.316
2023 em diante	2.807.501	2.766.624
Total	6.463.564	6.724.541

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a frota total era composta de 119 aeronaves, dentre as quais 88 eram arrendamentos mercantis operacionais e 31 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a devolução de 11 aeronaves com contrato de arrendamento operacional. Adicionalmente, a Companhia alterou a classificação de 3 contratos de arrendamento financeiro, passando a ser classificados como arrendamento operacional em razão das novas características decorrentes de renovação de tais contratos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém registrada parcelas dos arrendamentos operacionais no montante de R\$139.110, sendo R\$28.387 registrado no passivo circulante e R\$110.723 no passivo não circulante (R\$7.233 registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016). Tais valores referem-se a negociações realizadas com arrendadores que resultaram em postergação nos fluxos de pagamento originais das parcelas de arrendamento.

Em 14 de fevereiro de 2017 e 27 de novembro de 2017, a Companhia realizou transações de sale-leaseback de 10 aeronaves com a AWAS e GECAS. Estas aeronaves estão previstas para ser entregues entre junho de 2018 e agosto de 2019 e, de acordo com os termos do contrato, o prazo de duração do arrendamento será de 12 anos contados a partir da chegada de cada aeronave. Sob os termos destes contrato, a tanto a AWAS quanto a GECAS se comprometem a realizar todos os desembolsos necessários para pagamento de adiantamentos com base no cronograma de desembolso do contrato de aquisição de aeronaves. Sob os mesmos termos, a Companhia atua como garantidora da operação caso haja inadimplência sobre os compromissos assumidos pela AWAS e pela GECAS.

27.1. Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis e denominados em

dólar e estão demonstradas como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	857.747
2018	858.508	839.343
2019	928.226	889.940
2020	888.944	873.692
2021	746.595	745.719
2022	630.477	646.388
2023 em diante	1.251.964	1.393.896
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	5.304.714	6.246.725

27.2. Transações com *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não realizou transações de *sale-leaseback* (ganho líquido de R\$233.483 relativo a 7 aeronaves em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia também detém saldo de perdas diferidas de transações realizadas de 2006 a 2009 no montante de R\$2.887 (R\$9.959 em 31 de dezembro de 2016).

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos.

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis (financiamentos) (c)	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (a)	434.295	269.797	592.567	292.410
Aplicações financeiras (a)	955.589	431.233	-	-
Caixa restrito	268.047	168.769	-	-
Direitos com operações de derivativos	40.647	3.817	-	-
Contas a receber	-	-	936.478	760.237
Depósitos (b)	-	-	655.244	756.810
Outros créditos	-	-	123.721	118.058
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.105.667	6.379.220
Fornecedores	-	-	1.471.150	1.111.514
Obrigações com operações de derivativos	34.457	89.211	-	-
Arrendamentos operacionais	-	-	139.110	7.233

(a) A Companhia gerencia parte de suas aplicações financeiras com o objetivo de suprir necessidades de caixa de curtíssimo prazo.

(b) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº9.

(c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº16. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Termo de ações (**)	Total
Direitos (obrigações) com operações de derivativos em 31 de dezembro de 2016 (*)	3.817	(89.211)	-	(85.394)
Variações no valor justo				
Ganhos reconhecidos no resultado (a)	13.768	-	11.094	24.862
Perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	35.505	(1.093)	-	34.412
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	(12.443)	55.847	(11.094)	32.310
Direitos (obrigações) com operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017 (*)	40.647	(34.457)	-	6.190
Movimentação de outros resultados abrangentes				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(147.229)	-	(147.229)
Ajustes de valor justo durante o exercício	35.505	(1.093)	-	34.412
Reversões líquidas para o resultado (b)	-	33.501	-	33.501
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.505	(114.821)	-	(79.316)
Efeitos no resultado (a-b)	13.768	(33.501)	11.094	(8.639)
Reconhecidos em resultado operacional	8.626	(11.548)	-	(2.922)
Reconhecidos em resultado financeiro	5.142	(21.953)	11.094	(5.717)

(*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo.

(**) Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou operações de aluguel e ações de empresas terceiras negociadas na B3 no montante de R\$106.976, e contratou um derivativo de termo de ações vinculado à tal operação, visando minimizar o risco de volatilidade das ações alugadas de empresas terceiras no mercado. Tal operação foi integralmente liquidada juntamente com o derivativo atrelado em dezembro de 2017.

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC38 - "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), e para proteção de combustível aeronáutico.

Os *hedge* de fluxo de caixa estão programados para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

2018	2019	2020	2021	2022	2022 em diante
------	------	------	------	------	-------------------

Derivativos de juros	(14.028)	(15.099)	(14.062)	(12.328)	(11.013)	(48.291)
Derivativos de combustível	35.505	-	-	-	-	-
Expectativa de realização (*)	21.477	(15.099)	(14.062)	(12.328)	(11.013)	(48.291)

(*) Os valores positivos representam saldos a receber e os valores negativos, saldos a pagar.

28.1. Riscos de mercado

a) Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, opção de compra atrelada ao *WTI*. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu ganhos totais na demonstração do resultado no montante total de R\$ 13.768 relativos a derivativos de combustível.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía operações de derivativos de combustível designados como *hedge accounting* (em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía derivativos designados como *hedge accounting*).

b) Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2017, instrumentos financeiros derivativos em aberto (a Companhia reconheceu uma perda com *hedge* de câmbio para contratos de derivativos de futuro de dólar norte-americano de R\$40.931 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não possuía operações de derivativos de moeda designados como *hedge accounting*.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	834.873	49.646	1.215.716	548.792
Contas a receber	-	-	126.140	104.800
Depósitos	-	-	655.244	756.810
Resultado com operações de derivativos	-	-	40.647	3.817
Outros	-	-	-	10.184
Total do ativo	834.873	49.646	2.037.747	1.424.403
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	4.034.975	3.261.714	4.593.169	3.596.379
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	1.476.151	1.718.012
Fornecedores estrangeiros	1.548	604	644.775	344.654
Obrigações com operações de derivativos	-	-	34.457	89.211
Arrendamentos operacionais	-	-	139.110	7.233
Total do passivo	4.036.523	3.262.318	6.887.662	5.755.489
Total da exposição cambial passiva	3.201.650	3.212.672	4.849.915	4.331.086
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	5.304.714	6.246.725
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	45.090.382	48.032.429	45.090.382	48.032.429
Total	45.090.382	48.032.429	50.395.096	54.279.154
Total da exposição cambial R\$	48.292.032	51.245.101	55.245.011	58.610.240
Total da exposição cambial US\$	14.598.559	15.723.697	16.700.426	17.983.566
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	3,3080	3,2591	3,3080	3,2591

A Companhia possui essencialmente indexação ao dólar norte-americano.

c) Taxa de juros

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedge* de juros no valor de R\$33.501 (perda de R\$128.732 no exercício findo em 31 de dezembro 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*.

28.2. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem rating mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco. As instituições financeiras com as quais a Companhia detém concentração acima de 10% para o volume total de ativos financeiros são Itaú e Banco do Brasil, sendo que os demais ativos são diluídos em outras instituições financeiras, seguindo a política de risco da Companhia. O saldo de contas a receber é composto por valores a vencer de operadoras de cartões de crédito, agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, o que deixa a Companhia exposta a uma pequena parcela do risco de crédito de pessoas físicas e demais entidades. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com rating mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

28.3. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfolio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	369.496	793.376	2.651.018	3.291.777	7.105.667
Fornecedores	1.245.352	3.772	222.026	-	1.471.150
Obrigações com operações de derivativos	18.827	-	-	-	18.827
Arrendamentos operacionais	28.387	-	110.723	-	139.110
Em 31 de dezembro de 2017	1.662.062	797.148	2.983.767	3.291.777	8.734.754
Empréstimos e financiamentos	499.542	335.748	2.654.007	2.889.923	6.379.220
Fornecedores	1.097.997	-	13.517	-	1.111.514
Obrigações com operações de derivativos	89.211	-	-	-	89.211
Arrendamentos operacionais	3.215	4.018	-	-	7.233
Em 31 de dezembro de 2016	1.689.965	339.766	2.667.524	2.889.923	7.587.178

28.4. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos	7.105.667	6.379.220
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.026.862)	(562.207)
(-) Aplicações financeiras	(955.589)	(431.233)
(-) Caixa restrito	(268.047)	(168.769)
A - Dívida líquida	4.855.169	5.217.011
B - Total do patrimônio líquido negativo	(3.068.946)	(3.356.751)
C = (B + A) - Capital total	1.786.223	1.860.260

28.5. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2017 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

Controladora

a) Fator de risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$3,3080/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2017:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano (R\$3,3080/US\$1,00)	3,3080	(3.201.650)
Desvalorização do dólar (-50%)	1,6540	1.600.825
Desvalorização do dólar (-25%)	2,4810	800.413
Valorização do dólar (+25%)	4,1350	(800.413)
Valorização do dólar (+50%)	4,9620	(1.600.825)

Consolidado

a) Fator de risco de combustível

A Companhia e suas controladas contratam derivativos de petróleo cru (WTI, Brent) e seus derivados (*Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços destes produtos têm alta correlação com os preços do combustível de aviação.

	1T18	2T18	3T18	4T18	Total 12M
Percentual da exposição de combustível protegido	27%	10%	6%	5%	12%
Volume contratado (Mil barris)	855	360	220	163	1.598
Taxa contratada a futuro por barril (US\$)	51,89	51,33	51,46	51,58	51,67
Total em Reais	146.760	61.124	37.453	27.813	273.120

b) Fator de risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$3,3080/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2017:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano (R\$3,3080/US\$1,00)	3,3080	(4.849.915)
Desvalorização do dólar (-50%)	1,6540	2.424.957
Desvalorização do dólar (-25%)	2,4810	1.212.479
Valorização do dólar (+25%)	4,1350	(1.212.479)
Valorização do dólar (+50%)	4,9620	(2.424.957)

c) Fator de risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros *Libor*. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa nº16) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Dívidas financeiras líquidas de aplicações financeiras (a)		Derivativo (c)
	Aumento da taxa CDI	Queda da taxa Libor	Queda da taxa Libor
Taxas referenciais	6,89%	1,69%	1,69%
Valores expostos (cenário provável) (b)	1.129.300	(287.608)	6.190
Cenário adverso possível (+25%)	90.595	(6.091)	131
Cenário adverso remoto (+50%)	108.714	(7.309)	157

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI, valor negativo significa captação maior do que aplicação.

(b) Saldo contábil registrado em 31 de dezembro de 2017.

(c) Derivativos contratados para proteção de variação de taxa Libor embutida nos contratos de operações de recebimento futuro de aeronaves.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Hierarquia de valor justo	2017		2016	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	434.295	434.295	269.797	269.797
Aplicações financeiras	Nível 1	32.701	32.701	41.104	41.104
Aplicações financeiras	Nível 2	922.888	922.888	390.129	390.129
Caixa restrito	Nível 2	268.047	268.047	168.769	168.769
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	40.647	40.647	3.817	3.817
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(34.457)	(34.457)	(89.211)	(89.211)

29. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 dos passivos das atividades de financiamento estão demonstrada a seguir:

Controladora

2017						
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Pagamentos de juros sobre empréstimos	Alterações não caixa		Saldo final
				Variações cambiais líquidas	Provisão de juros sobre empréstimos	
Empréstimos e financiamentos	3.261.714	723.156	(272.596)	39.885	282.816	4.034.975
Capital social	3.080.110	2.692	-	-	-	3.082.802
Obrigações com empresas relacionadas	21.818	111.551	-	322	1.319	135.010

2016							
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Recompra de títulos	Pagamentos de juros sobre empréstimos	Alterações não caixa		Saldo final
					Variações cambiais líquidas	Provisão de juros sobre empréstimos	
Empréstimos e financiamentos	4.366.380	(77.547)	(286.799)	(325.397)	(736.792)	321.869	3.261.714
Custo com emissão de ações	(41.895)	(395)	-	-	-	-	(42.290)
Obrigações com empresas relacionadas	27.237	(1.161)	-	-	(4.258)	-	21.818

Consolidado

2017									
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Lucro do exercício	Captação de recursos	Pagamentos de juros sobre empréstimos	Alterações não caixa		Outros	Saldo final
						Variações cambiais sobre empréstimos	Provisão de juros sobre empréstimos		
Empréstimos e financiamentos	6.379.220	612.396	-	63.066	(505.105)	68.895	502.529	(15.334)	7.105.667
Participação de acionistas não controladores da Smiles	293.247	(238.669)	359.025	-	-	-	-	(1.590)	412.013
Capital social	3.080.110	2.692	-	-	-	-	-	-	3.082.802
Custo com emissão de ações	(155.618)	(523)	-	-	-	-	-	523	(155.618)

2016									
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Lucro do exercício	Recompra de títulos	Pagamentos de juros sobre empréstimos	Alterações não caixa		Outros	Saldo final
						Variações cambiais líquidas	Provisão de juros sobre empréstimos		
Empréstimos e financiamentos	9.304.926	(890.559)	-	(286.799)	(606.405)	(1.220.608)	627.672	(549.007)	6.379.220
Participação de acionistas não controladores da Smiles	224.022	(171.829)	252.745	-	-	-	-	(11.691)	293.247
Capital social	3.080.110	-	-	-	-	-	-	-	3.080.110
Custo com emissão de ações	(155.223)	(395)	-	-	-	-	-	-	(155.618)

30. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, juntamente com a cobertura de seguros da controlada Smiles, é como segue:

Modalidade aeronáutica	Em milhares de Reais	Em milhares de dólares
GLA		
Garantia - casco/guerra	12.504.240	3.780.000
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (*)	2.481.000	750.000
Estoques (local) (*)	992.400	300.000
Smiles		
Fiança locatícia (Cond. Rio Negro - Alphaville)	1.470	-
Responsabilidade civil D&O	50.000	-
Incêndio (Seguro patrimonial Cond. Rio Negro -Alphaville)	9.025	-

(*) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US\$1,0 bilhão a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a GLA possa vir a ser exigida.

31. Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2018, foi aprovada a oferta pública de aquisição ("Tender Offer") pela controlada Gol Finance LuxCo, para até US\$50 milhões do Bônus Sênior com vencimento em 2020.

Em 30 de janeiro de 2018, foi aprovada a emissão adicional dos Bônus Sênior no valor de US\$150.000 com vencimento em 2025, através da controlada Gol Finance LuxCo, cuja emissão ocorreu em 2 de fevereiro de 2018. Os novos Bônus Sênior serão consolidados formando uma série única no montante de US\$500 milhões dos Bônus que foram emitidos em 11 de dezembro de 2017, aumentando o valor total para US\$650 milhões. A Gol Finance LuxCo utilizará parte dos recursos líquidos obtidos dos Bônus Sênior com vencimento em 2025 para resgatar a totalidade dos Bônus Sênior com vencimento em 2020 que foram ofertadas após o Tender Offer e para pagamento de custos e despesas relacionados.